

Processo TC nº 11937/13

Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com proventos integrais. **Pedido de Revisão**. Julga-se legal o ato e correto o cálculo de proventos elaborado pela repartição de origem, quando atendidos os requisitos da Lei. Concessão de Registro.

ACÓRDÃO AC1-TC- 4065/2014

- 1. PROCESSO TC Nº: 11937/13.
- 2. ORIGEM: Paraíba Previdência PBprev
- 3. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 3.1. APOSENTANDO(A):
 - 3.1.1. NOME: José Marcelo Xavier.
 - **3.1.2. QUALIFICAÇÃO:** Auditor Fiscal da Receita Estadual, Matrícula nº 68.013-3, lotado na Secretaria de Estado da Receita.
 - **3. 1.3. TEMPO DE SERVIÇO:** 30 anos, 02 meses e 14 dias.
 - **3. 1.4. IDADE:** 59 anos.
- <u>3.2. FUNDAMENTO LEGAL ORIGINAL</u>: Art. 2°, caput, Incisos I a III, e § 1° c/c os §§ 3° e 17 do art. 40 da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, c/c o art. 1° da Lei nº 10.887/04.
- 3.3. DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 15/03/2006 (Portaria A nº 224, fls. 33).
- **3.4. AUTORIDADE EMITENTE:** Presidente da PBprev.
- 4. DA CONCESSÃO DO REGISTRO PELO TCE: Acórdão AC2-TC- 1619/2008 (fl. 59).

5. DADOS SOBRE A REVISÃO DA APOSENTADORIA:

- **5.1 –DATA DO PEDIDO:** sem data (fl. 02).
- <u>5.2. NOVO FUNDAMENTO LEGAL</u>: Art. 3°, incisos I a III da Emenda Constitucional nº 47/05.
- 5.3. DO ATO APOSENTATÓRIO MODIFICADO: 21/03/2011 (Portaria A nº 0600, p. 32).
- <u>5.4. ÓRGÃO E DATA DE PUBLICAÇÃO</u>: DOE de 03/04/2011.
- **<u>6. RELATÓRIO DA AUDITORIA</u>**: Entendeu corretos os cálculos, a legalidade do ato aposentatório revisado em apreço, formalizado pela portaria constante na p. 32 e a concessão do respectivo registro.
- 7. PARECER DA PROCURADORIA: Oral, na sessão, em harmonia com o órgão de instrução.



Processo TC nº 11937/13

DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, no exercício do controle externo previsto na Constituição Estadual, art. 71, inciso II, *in fine*, na sessão realizada nesta data, *ACORDAM*, à unanimidade, deferir o pedido de **revisão de aposentadoria**, no que concerne à modificação do fundamento legal do ato concessório, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 3°, incisos I a III da Emenda Constitucional nº 47/05, **concedendo registro** ao ato aposentatório revisado do Sr. José Marcelo Xavier (p. 32), tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pela repartição de origem.

Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE - Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 17 de julho de 2014.

Em 17 de Julho de 2014



Cons. Fernando Rodrigues Catão PRESIDENTE E RELATOR



Marcílio Toscano Franca Filho PROCURADOR(A) GERAL